



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM PSICOPEDAGOGIA
ESCOLAR – GEPPE**

IV CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR

**“O conhecimento psicopedagógico e suas interfaces:
compreendendo e atuando com as dificuldades de
aprendizagem”**



ANAIS DO EVENTO

ISSN: 2179-7978

09 A 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Os conteúdos dos textos são de responsabilidade de seus autores

O PSICOPEDAGOGO FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: a família em foco.

Maria Irene Miranda
Universidade Federal de Uberlândia
mirene@ufu.br

Sônia Ferreira de Jesús
Universidade Federal de Uberlândia
soniaferreiradejesus@gmail.com

Este estudo é parte de investigações realizadas em pesquisa do mestrado sobre uma abordagem das dificuldades de aprendizagem no ensino médio técnico de uma escola pública federal. Por se tratar de uma abordagem psicopedagógica, todos os aspectos são eixos de análises, como a família, a escola, os personagens profissionais que compõem a instituição e os próprios sujeitos que por motivos internos ou externos a eles, não acompanham o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, têm problemas no aprender. O que se pretende então é mostrar que no interior dos ambientes familiares há contratempos em que o psicopedagogo é chamado a fazer diagnósticos e intervenções para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Assim, a finalidade é esclarecer quais são algumas dessas adversidades dentro dos contextos familiares que podem culminar em dificuldades escolares e fazer apontamentos sobre possíveis soluções.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia, dificuldades de aprendizagem, família.
EIXO TEMÁTICO: Aprendizagem e dificuldades de aprendizagem

Para conhecer o sujeito que aprende é preciso recorrer à compreensão dos contextos em que a aprendizagem acontece, quer seja o escolar, o familiar ou outros espaços sociais. Quando se fala do familiar, o olhar requer uma direção ao sujeito *aprendente*, bem como aos componentes da instância educativa familiar, porque quando há uma dificuldade na obtenção de conhecimentos de um dos membros, pode haver ligação com o modo de processar a aprendizagem no seio doméstico.

A vista disso, o que se pretende é mostrar que no interior dos ambientes familiares há contratempos em que o psicopedagogo é chamado a fazer diagnósticos e intervenções para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Assim, a finalidade é esclarecer quais são algumas dessas adversidades dentro dos contextos familiares que culminam em dificuldades escolares e fazer apontamentos sobre possíveis soluções.

Este estudo então é parte de investigações realizadas em pesquisa do mestrado sobre uma abordagem das dificuldades de aprendizagem no ensino médio técnico de uma instituição pública federal de ensino. Por se tratar de uma abordagem psicopedagógica, todos os aspectos são eixos de análises, como a família, a escola, os personagens profissionais que compõem a escola e os próprios

sujeitos que por motivos internos ou externos a eles, não acompanham o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, têm problemas no aprender.

Quando o sujeito está com dificuldades de aprendizagem na escola, ele pode estar vivenciando algum problema, um transtorno específico da aprendizagem ou ainda pode ser reflexo e expressão de desarranjos de ordem familiar, causando perturbações internas. Este desconforto no lar reflete diretamente em suas aprendizagens, nos seus modos de construir, reconstruir e apreender os conhecimentos.

Sampaio (2011) infere sobre as primeiras aprendizagens e lembra que elas ocorrem no âmbito familiar. É a família a propiciadora dos primeiros estímulos à criança a fim de que conquiste novas habilidades. A família é o meio onde “(...) o sujeito se estrutura, cria vínculos afetivos, inicia seu desenvolvimento cognitivo e emocional.” (SAMPAIO, 2011, p.76).

Um elemento suscitador de dificuldades dos sujeitos no aprender são os padrões autoderrotistas desenvolvidos pelos pais em se tratando do filho, quando estabelecem a ele expectativas irreais, têm atitudes inconsistentes em relação às regras e são muito protetores. Um conselheiro habilidoso pode ajudar a identificar esses hábitos improdutivos e propor modos de interação mais produtivos, confortáveis e que concomitantemente levem a aprendizagens enriquecedoras. (SMITH; STRICK, 2007).

O conselheiro apontado pode ser um psicopedagogo que entende o postulado de que “compreender sobre a história familiar da criança e seu ambiente doméstico é essencial para a interpretação dos padrões de aprendizagem.” (SMITH; STRICK, 2007, p.88).

Fernández (1991) pontua que fazer um trabalho junto à família é de grande utilidade para esclarecer com menos tempo e profundidade a etiologia do sintoma de problemas de aprendizagem localizadas no vínculo em relação ao aprender. Fala também que a família pode até determinar o problema de aprendizagem de um dos membros, o que é chamado de “causalidade linear” (FERNÁNDEZ, 1991, p. 96). Fazer diagnósticos contemplando membros da família traz a tona por vezes segredos que são compartilhados por entre integrantes e/ou desconhecidos por outros e conseqüentemente, ocultados parcialmente. Estes segredos podem ter relação direta com o não aprender do sujeito, por fazer aparecer inibições cognitivas ou representar uma muralha de defesa, por conta da guarda de segredos.

Do mesmo modo, Costa e Santos (2003) pontua questões sobre os segredos guardados em um ou mais membros da família e diz que,

O que não pode ser verbalizado é fonte permanente de conflito psíquico. Este aspecto é particularmente importante, pois a impossibilidade de verbalização coloca o sujeito num lugar de impossibilidade. O que não pode ser dito é certamente fonte de angústia e vai se constituir, certamente, num sintoma. O não dito é o que está de alguma forma interdito dentro da lógica familiar. O fazer

falar é acessar essa lógica familiar. É compreender não só o sintoma, mas, antes de tudo, o modo de funcionamento que produz o sintoma. (COSTA; SANTOS, 2003, p. 32).

A intervenção na família acontecerá no sentido de levar a família a falar, a expor suas dificuldades, e a partir daí, compreender o sintoma instalado em um dos membros. Quando o paciente designado é uma criança ou adolescente, “o modo de diagnosticar talvez tenha a ver com olhar-conhecer a criança através da família.” (FERNÁNDEZ, 1991, p 91).

Muito importante levar em conta o discurso dos personagens que fazem parte dos vínculos sociais do sujeito, num intuito de desenvolver estratégias conjuntas, num frutífero diálogo, para advir resultados positivos nas tarefas de prevenção quanto aos problemas no aprender, e estas ações podem ser dirigidas aos alunos e seus pais. “A origem do problema de aprendizagem não se encontra na estrutura individual. O sintoma se ancora em uma rede particular de vínculos familiares, que se entrecruzam com uma também estrutura individual.” (FERNÁNDEZ, 1991, p. 30).

Sampaio (2011) expõe sobre a importância do diálogo, mas não apenas nos momentos de intervenção psicopedagógica, mas em momentos de interação no seio familiar, entre o filho e seus pais. Fala que a falta de diálogo na infância traz resistências na efetivação de trocas na adolescência, e a falta de diálogo, remete ao antidiálogo. O diálogo é o condutor de acordos, combinados, cumplicidades e envolvimento entre pais e filhos.

Quando há conflitos no contexto familiar, as conversas estabelecem harmonia, e conseqüentemente diminuem os transtornos psicoemocionais resultantes desses desequilíbrios familiares. Essas trocas favorecem o aprendizado geral e concomitantemente o escolar, tendo em vista a união e a ajuda prestada de um membro para o outro nas aquisições diárias, sejam, instrutivas, culturais ou educacionais.

O desenvolvimento familiar ao longo dos anos e os processos que se sobrepõem e interagem neste sistema evolutivo trouxe certas conseqüências e influências para o sujeito no que tange aos aspectos emocionais e sociais. Há exigência de construção de novos papéis, uma reorganização dentro do grupo e novas aprendizagens.

O que mudou foi o conceito de família e a ritualização do tempo – a unidade nuclear dos tempos modernos é menos comunitária e mais individualizada; com isso, grande parte do tempo familiar é gasto em atividades que isolam seus membros, como a televisão, a internet, os vídeos-games e outros. Por outro lado, outras características de mudanças familiares merecem destaque: aumento da expectativa de vida; espaço onde pais e filhos adultos convivem durante mais tempo; os filhos contando com a ajuda dos pais durante um tempo prolongado; extensão do período da adolescência e o maior número de recasamentos gerando a convivência com padrastos, madrastas, enteados, ou, em muitos casos, com avós. (IGNÁCIO; GONÇALVES, 2003, p. 35).

Por falar em convivência com avós, a presença destes na instrução dos sujeitos tem se tornado uma constante nas sociedades modernas, e tem levado a algumas implicações na educação familiar. A mãe que outrora ficava em casa para cuidar do lar e dos filhos, hoje, trabalha para ajudar no sustento da família. Assim, cabem aos avós cuidar e educar parcialmente ou, por vezes, até integralmente, na falta dos pais de crianças e adolescentes.

Ignácio e Gonçalves (2003) expõem sobre os prós e contra deste novo formato familiar. Os avós possuem boas características para escutar, compreender, reunir o grupo; são discretos, compartilham das confidências dos adolescentes; o carinho influencia na construção da personalidade dos sujeitos, mas podem criar desajustes à medida que a superproteção anula a autoridade dos pais. A participação dos avós tem aspectos positivos, quando os papéis são bem definidos. A responsabilidade da educação e criação cabe aos pais, e o estabelecimento do diálogo entre as partes acerca destas questões deve ser uma premissa.

Pelos pressupostos, o psicopedagogo deve mover suas ações em direção ao ser *aprendente* no sentido de ele conseguir se sobressair diante das problemáticas em torno das constituições domésticas e a ter uma adaptação firme frente aos contratempos que possam surgir nas várias fases da vida em família. A tarefa psicopedagógica é indissolúvelmente ligada à identificação, avaliação e intervenção no seio familiar, à medida que a dificuldade de aprendizagem pode estar vinculada a uma série de fatores incumbidos nos modos de viver e se relacionar com a parentela.

A psicopedagogia trabalha no sentido de identificar o sujeito de maneira global e suas implicações nas relações com o saber, como os aspectos sociais, afetivos e cognitivos pelos quais podem gerar determinados sintomas no indivíduo. Estuda o processo de aprendizagem e as dificuldades pelas quais podem surgir durante esta trajetória percorrida pelo sujeito *aprendente*, considerando este como um ser ativo e construtor do conhecimento.

(...) a psicopedagogia é uma área que procura, por meio da integração de diversas disciplinas, construir um corpo teórico que fundamente sua atuação, tornando-se eficaz no tratamento das dificuldades de aprendizagem, na diminuição do fracasso escolar, na compreensão do processo de aprendizagem de um sujeito humano, visto como ser integral, que estabelece uma série de relações complexas durante seu processo de aprendizagem, em diferentes espaços e tempos. (GRASSI, 2009, p. 133).

A equipe escolar, na figura do psicopedagogo precisa da cooperação dos pais, no oferecimento de informações quanto ao comportamento e crescimento físico, social e emocional do filho ou mesmo de saúde, ou circunstâncias cotidianas, como brigas entre os membros, mudanças de residências, perda de pessoas queridas, etc. “Verificar o ambiente doméstico é um procedimento padrão” para produzir melhores resultados concernentes a famílias, cujos estudantes apresentam problemas de aprendizagem (SMITH; STRICK, 2007, p. 88).

O problema de aprendizagem pode não ser de uma ordem apenas, mas ser proveniente de um ou mais aspectos, como o orgânico, o psicológico, o social, o familiar, o físico, o cultural, o cognitivo, o escolar, etc.; é muito importante conhecer o sujeito e suas peculiaridades, para não incorrer em erros sobre o que o dificulta a aprender. É preciso resgatar sua possibilidade de aprender, respeitando-o de maneira a entender que ele tem seu tempo e seus constrangimentos em relação ao insucesso.

Numa avaliação psicopedagógica consistente, a família é foco do diagnóstico em relação a uma queixa de dificuldades de aprendizagem. O contato com os membros familiares se faz necessário à medida que devem ser informados da situação do sujeito *aprendente* frente ao processo de ensino e aprendizagem. As famílias podem ou não ser protagonistas da intervenção psicopedagógica. Isso vai depender de cada caso que se está avaliando. Mas mesmo assim, a escuta das opiniões e descrições das vivências no meio familiar são significativas para se realizar ações em combate aos obstáculos às aprendizagens.

O ambiente doméstico exerce um importante papel para determinar se o sujeito aprende bem ou mal. O local estimulante e encorajador no lar geram estudantes dispostos a aprender, e os estímulos em casa ajudam aqueles com dificuldades de aprendizagem a utilizar recursos ou áreas que tem mais destrezas em contrapartida aquelas que são mais fracas. As famílias podem oferecer elementos colaborativos para o sucesso dos aprendizes à medida que criam espaços em casa para aprendizagens, um local tranquilo para estudos, na oferta de materiais escolares pertinentes, e isso contribui favoravelmente na superação de dificuldades. (SMITH e STRICK, 2007).

Somente se a família vive em situações conflituosas, solicita-se a presença do psicopedagogo numa atuação direta com todos que dela fazem parte. No entanto, para preservar a capacidade de iniciativa daqueles que participam diretamente do rol educativo, neste caso, os professores, o papel do profissional psicopedagogo pode se restringir a fazer a dinamização do processo, sendo o mediador do diálogo entre a família e a escola, no sentido de fortalecer os vínculos dos docentes com os pais, e deixar fluir as intervenções partindo também destes que trabalham diretamente com o aluno.

Solé (2001) infere sobre o psicopedagogo e diz que,

Às vezes, sua intervenção será realizada direta e pessoalmente com a família, enquanto, em outros casos, terá lugar uma entrevista conjunta da qual participa também o regente. Às vezes, atuará num discreto segundo plano, ajudando a otimizar a relação pais/professores a partir da sua perspectiva. (SOLÉ, 2001, p. 218).

O trabalho em equipe é fundamental para a construção de um acompanhamento sólido, com perspectivas de tratamento dos problemas, onde a família e professores envolvidos deverão

participar ativamente deste processo. Em alguns casos específicos, o aluno não é chamado a participar nos primeiros encontros, contudo ao pensar nos acordos, onde todos vão assumir compromissos, a presença dele é indispensável na condução de uma intervenção de sucesso.

A avaliação psicopedagógica enfatizada por Solé (2001) considera a entrevista com famílias como o instrumento utilizado pelo psicopedagogo na busca das causas das dificuldades, e é uma forma de colaborar com os docentes, quando há a necessidade de intervir diretamente. Mas a autora ressalta sobre a conveniência das entrevistas serem solicitadas pelo professor; de ser realizada em um espaço adequado, privado, tranquilo e confortável; de ter certo tempo para realização, sem pressas; além disso, requer o planejamento pelo psicopedagogo, pois vai proporcionar um realizar de maneira que as orientações sejam concretas e contínuas; e ademais, é preciso oferecer garantias quanto à confidencialidade das informações e assegurar uma escuta atenciosa às opiniões dos participantes.

(...) a colaboração com os pais somente pode estabelecer-se sobre a base do respeito mútuo. Cada família é um sistema com suas próprias regras, limites e formas de atuação. Cada uma tem uma forma idiossincrática de abordar os problemas que surgem em seu seio, e todas passam por momentos evolutivos diferentes, nos quais varia, tanto a sua estrutura, funcionamento e estabilidade, como sua capacidade para adaptar-se às mudanças inerentes à sua condição de sistema aberto. (SOLÉ, 2001, p. 220).

Ao mover ações psicopedagógicas junto à família, é preciso ter em mente que os pais estão vivenciando uma situação embaraçosa, de aceitação ou não aceitação dos problemas envoltos ao filho. Isso requer do psicopedagogo práticas e estratégias que levem os pais a compreensão dos fatos e oferecimento de apoios à solução do problema. Levantar os aspectos positivos ao abordar a questão da dificuldade, constitui-se num valor imensurável, pois passará segurança aos pais sobre o desenvolvimento das atividades em prol do educando filho.

Há necessidade de avaliar o problema a partir de um jogo de significados sobrepostos na história de vida do sujeito que não aprende. Não se pode, portanto, fazer “um corte transversal da situação” (FERNÁNDEZ, 1991, p. 41), ainda que se incluam as partes, família e o indivíduo.

O psicopedagogo se torna um mediador, um articulador na redução de conflitos no grupo familiar e trabalha com vistas a observar os significados compartilhados nesse meio.

Ao avaliar uma queixa, o importante é atentar-se para a situação conflituosa e disfuncional dentro da família, e a correlação do problema com todos que compõem esse grupo, mas não perder de vista o portador da queixa. O que se pretende fazer é oportunizar a fala sobre o sintoma e construir uma nova forma de pensar o aprender. (COSTA; SANTOS, 2003).

Problemáticas no seio familiar criam obstáculos, barreiras para os aprendizes. As situações emocionais são postuladas negativas pelos quais atrapalham profundamente o fazer educativo discente. O estresse emocional acarretado compromete a capacidade para o aprendizado.

As crises familiares e pressões sofridas por seus membros podem ser as causadores dos diversos sintomas (psicoses) encontradas dos diagnósticos psicopedagógicos. “As crises familiares, que costumam ocorrer nos pontos de transição de vida, frequentemente criam rompimentos. Podem produzir sintomas, disfunção e têm efeito continuado sobre o desenvolvimento familiar durante um longo tempo” (IGNÁCIO; GONÇALVES, 2003, p. 41).

Muitas crises surgem na fase onde a família tem filhos adolescentes. Diversos sintomas se instalam justamente nos sujeitos nesta idade, pois nesse período que os comportamentos começam a se diferenciar, surgem as agressividades, agitação, preguiça, ou mesmo momentos de grandes descontrações e alegrias são vivenciados. É a descoberta da identidade, o ápice da personalidade e a busca pela liberdade de viver e se expressar. Uma nova estrutura se configura nesta fase, no lado emocional há oscilações de sentimentos, devido às várias cobranças em torno da vida, as responsabilidades pelas quais devem possuir, sejam escolares com vistas à escolha profissional.

Os pais, nesse momento da vida do adolescente, necessitam ter um olhar adaptativo e flexível, diante dos comportamentos que se possam aflorar dos filhos nessa idade. Assim, as negociações são o melhor caminho a percorrer.

É bom permitir ao adolescente vivenciar descobertas, com liberdade de escolhas, e de emitir suas opiniões e ideias, sem imposição dos pais nas próprias preferências e projeções.

Os pais constroem e fantasiam planos e expectativas para seu filho e, ao deparar-se com a realidade, podem resignar-se ou continuar vivendo o imaginário a ponto de bloquear os próprios desejos dos filhos. Então aparecerá uma grande lacuna entre a pessoa que os pais imaginam amar e objeto de amor, seu filho. Dependendo de como o filho reagirá diante de tais sonhos e expectativas dos pais, acarretará ou não o sintoma, bloqueando sua aprendizagem, principalmente se este filho apresentar algum tipo de fracasso. Neste contexto este filho está sendo privado de um espaço de autoria de pensamento e, conseqüentemente, poderá apresentar dificuldade ou mesmo fracasso ao aprender. (RODRIGUES; BARBOSA, 2003, p. 75).

O diagnóstico não deve ser restrito a uma visão psicopatológica, situando a anormalidade como referência, mas o foco é vislumbrar as experiências do sujeito frente ao aparecimento do sintoma da não aprendizagem. Para fazer um diagnóstico e intervenção psicopedagógicos é de suma importância “observar como circula o saber, como a informação se transforma em saber. Se há hierarquia rígida na família. Se o poder está relacionado a um tipo específico de saber. Como se deu o processo de escolarização dos membros da família.” (COSTA; SANTOS, 2003, p. 31).

Concordando com Costa e Santos (2003) a terapia familiar vai mudando conforme o mundo se desenvolve e se transforma; com as mudanças e a modernização nas tecnologias e nas sociedades urbanas e industriais, as complexidades surgem e implica num novo modelo de atendimentos psicopedagógico. A intervenção do terapeuta na família em que há problemas de dificuldades de aprendizagem requer uma visão no esclarecimento do funcionamento e dos motivos que se fixou o sintoma em um dado membro. Sendo assim, “o principal objetivo da terapia familiar é conseguir mudanças na organização familiar, tendo como base o fato de que, quando se transformam as relações do sistema familiar, a vida de cada membro também se vê conseqüentemente, transformada.” (COSTA; SANTOS, 2003, p. 21).

Para Fernández (1991), o olhar na família requer um foco em três níveis: o individual, o vincular e o dinâmico. O nível individual “centra-se no paciente designado, com sua particular inter-relação organismo-corpo-inteligência-desejo.” (p. 92); o nível vincular “focaliza-se na modalidade de circulação do conhecimento e da informação entre os membros da família.” (p. 94); já o nível dinâmico é “destinado a esclarecer o sistema de papéis necessários para o funcionamento e manutenção da estrutura familiar e os modelos de interação possíveis.” (p. 95).

O psicopedagogo pode mover ações a partir de informes sobre o sujeito e a sua dinâmica interna, seus modos de se expressar, sua maneira de compor os significados do mundo que o cerca e suas atitudes; também a respeito de como os integrantes da família ensinam, seus meios e métodos de transmitir informações, as posturas de um e outro, ou um com o outro; a aceitação das formas de viver e a autonomia outorgada, etc.

Bragantini e outros (2001) argumentam sobre a criação de espaços de reflexão nas instituições escolares e de trabalhos com e sobre a família com a finalidade de conhecer a história da mesma, dos padrões e regras de relacionamentos compartilhados no grupo. Os pais através da descrição de suas histórias tem a oportunidade de encontrar soluções para os conflitos internalizados. Os autores chamam de mito familiar, essas memórias e histórias, os símbolos personificados, a cultura arraigada e rituais impostos.

A persistência das dificuldades parece estar relacionada a não utilização das capacidades que as famílias têm para resolverem os problemas e criar soluções. É preciso respeitar o mito familiar, porém, sem que se fechem em normas e crenças de uma época passada; é preciso favorecer seus próprios processos de evolução, buscando a diversidade de novas atitudes e posturas. (BRAGANTINI *ET ALL*, 2001, p. 233).

Esses espaços representariam também um sistema de comunicação entre família e escola. Os dois sistemas são significativos no desenvolvimento sólido e integral dos educandos. Melhorar a comunicação entre ambos constitui-se numa potencialidade na diminuição dos conflitos, tanto no

interior da família, quanto naqueles existentes entre as duas instâncias, nas pessoas que se encontram nas famílias e nos profissionais da escola.

Neste sentido, pensa-se no papel do psicopedagogo, de posse de conhecimentos que lhe dão competências e habilidades de realizar intervenções nos espaços escolares, sendo mediador junto às famílias dos alunos que apresentam conflitos na aprendizagem.

Solé (2001) enseja que os psicopedagogos podem contribuir no estabelecimento de canais fluidos de comunicação, os quais traduzem relações de confiança e respeito, e buscam os aspectos positivos de todos os interlocutores, evitando surgimento de rivalidades e receios, imposições das regras da escola aos pais e desvalorização das competências destes na educação dos filhos. A expectativa dos familiares em relação à escola vai depender da acolhida oferecida a eles. Uma boa intervenção consiste também instituir métodos informativos aos pais, com transparência nas ações e um conhecimento geral da instituição, por meio de palestras ou envio de comunicados escritos ou cursos com função formativa. Fomentar relações assertivas por meio das reuniões pedagógicas e de pais e entrevistas com os alunos revela um bem a serviço da práxis educativa.

A pretensão deste estudo não é buscar culpados, mas sim enfatizar que as ações psicopedagógicas têm por objetivo traçar metas com o intuito de dinamizar as relações que permeiam estes espaços também educativos, como os contextos familiares e assessorar os protagonistas das histórias de dificuldades de aprendizagens, no modo de lidar com essas situações. O apoio psicopedagógico junto às famílias quer seja no atendimento e avaliação via entrevista com o estudante e pais, para buscar os motivos das não aprendizagens, ou nas intervenções diretas nos lares, com todos os membros, consistem em vertentes de trabalho imprescindíveis rumo ao sucesso escolar dos educandos.

Contudo, os apontamentos não se esgotam aqui, há necessidade de ampliar os conhecimentos sobre esta instância educativa, a família, mas, mais no sentido de buscar alternativas de ajudar os pais no encaminhamento das aprendizagens dos filhos estudantes, principalmente quando convivem com aprendizes com problemas de aprendizagem. Este estudo consta de notas iniciais, que serão inter-relacionadas futuramente com resultados de análises de dados recolhidos em campo de pesquisa, e constará de uma abordagem psicopedagógica na apreciação dos elementos pelos quais se obtiver em mãos, investigação essa que será realizada com famílias e estudantes que estão vivenciando problemáticas no aprender no ensino médio técnico. Assim, os saberes constituídos com esta pesquisa poderão ser estendidos e visualizados por todos educadores que vislumbram práticas condizentes com as necessidades dos educandos e que se preocupam com o desenvolvimento integral dos mesmos.

REFERÊNCIAS:

BRAGANTINI, Elizabeth Chinchet. *all*. A família sob um enfoque psicopedagógico. In: FAGALI, Eloísa Quadros (org.). **Múltiplas faces do aprender**: novos paradigmas da pós-modernidade. São Paulo: Editoras Unidas, 2001.

COSTA, Roseane Albuquerque; SANTOS, Thelma M. de Moraes dos Santos. In: MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi (org.). **Questões familiares em termos de psicopedagogia**. São Paulo: Memnon, 2003. (Coleção Temas de psicopedagogia, livro 7).

FERNANDÉZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 2. reed. Tradução de Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GRASSI, Tânia Mara. **Psicopedagogia**: um olhar uma escuta. Curitiba: IBPEX, 2009.

IGNÁCIO, Daisy Rangel; GONÇALVES, Maria Helena machado. Transições familiares, continuidade e mudanças através das gerações In: MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi (org.). **Questões familiares em termos de psicopedagogia**. São Paulo: Memnon, 2003. (Coleção Temas de psicopedagogia, livro 7).

RODRIGUES, Aguimar; BARBOSA, Maria Cristina. Família e a autorização para aprender. In: MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi (org.). **Questões familiares em termos de psicopedagogia**. São Paulo: Memnon, 2003. (Coleção Temas de psicopedagogia, livro 7).

SAMPAIO, Samaia. **Dificuldades de aprendizagem na relação sujeito, família e escola**. 3.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z** : um guia completo para pais e educadores. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOLÉ, Isabel. **Orientação Educacional e intervenção psicopedagógica**. Tradução de Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 2001.